

Auxílio-alimentação. Juízes e desembargadores vão receber R\$ 710 mensais, gerando um gasto de R\$ 9,5 mi

TJMG aprova lanche de magistrado

Decisão da Corte desagrada servidores, que recebem cerca da metade do valor

■ GUSTAVO PRADO
LUCAS PAVANELLI

A Corte do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) aprovou, no fim da tarde de ontem, a proposta orçamentária do órgão para o ano que vem e, com ela, o auxílio-alimentação para juízes e desembargadores. Como adiantou reportagem de **O TEMPO**, os magistrados terão direito ao benefício no valor de R\$ 710 mensais, a partir da data da publicação da proposta. Com a decisão, o tribunal irá gastar no ano que vem, apenas com a alimentação dos magistrados, R\$ 9,5 milhões.

A retroatividade do pagamento, que, segundo denúncias dos sindicatos dos servidores da Justiça, poderia ser feita desde 2004, não foi aprovada. A intenção dos magistrados, de acordo com a denúncia, era equiparar seus benefícios aos dos membros do Ministério Público Federal (MPF), contemplados desde 2004. Uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estende o auxílio-

alimentação a juízes e desembargadores. A decisão é contestada no Supremo Tribunal Federal (STF) pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

“A pressão do sindicato foi fundamental, assim como o apoio da mídia. Eles (magistrados) não tiveram coragem de aprovar a retroatividade”, disse o presidente do Sinjus, Robert França.

INSATISFEITOS. Apesar da não da retroatividade, a concessão do auxílio-alimentação aos magistrados causou indignação a alguns servidores. Isso aconteceu porque o valor a ser pago para os magistrados é bem superior aos R\$ 440 mensais concedidos atualmente aos outros servidores do órgão.

“Para aprovar a medida, eles (magistrados) utilizaram argumento de simetria, ou seja, igualar o benefício pago a órgãos federais. Entretanto, o auxílio-alimentação de R\$ 710, nesses locais, é concedido a todos os servidores, o que não acontece aqui”, criticou a presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância (Serjusmig), Sandra Silvestrini.

A proposta orçamentária do TJMG segue, agora, para a Assembleia Legislativa, ainda sem data definida.

Greve

Sindicatos iniciam a mobilização dos funcionários



Os três sindicatos que representam os servidores da Justiça em Minas – Serjusmig, Sinjus e Sindojus – devem definir, até o início de setembro, se os trabalhadores vão paralisar ou não suas atividades. A discussão sobre a possível greve voltou à pauta após a aprovação da proposta orçamentária do TJMG para o

próximo ano.

Segundo a presidente do Serjusmig, Sandra Silvestrini, os sindicatos “já estão convocando uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) com indicativo de greve, por causa do tratamento diferenciado dado pelo tribunal a magistrados e servidores”. Ela adiantou que, até o início de setembro, quando estão previstas as AGE’s, os servidores vão decidir se entram ou não em greve.

Além da diferença de R\$ 270 mensais no valor do auxílio-alimentação pago a magistrados, os servidores reclamam, ainda, de outros privilégios de juízes e desembargadores, assim como do não cumprimento do acordo sobre reajustes escalonados. **(GP e LP)**

Protesto

Ato. Os servidores da Justiça realizaram uma manifestação, ontem, na porta do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Eles também acompanharam a votação da Corte usando nariz de palhaço.